

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.796 - PR (2019/0246943-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : ARMANDO SHUZI TOKO
RECORRENTE : HERBIOESTE HERBICIDAS LTDA
ADVOGADOS : RICARDO DOS SANTOS ABREU - PR017142
CAROLINE DO CARMO FERRAZ DA COSTA - PR032480
FELIPE CORREA DOS SANTOS NADER - PR053311
MICHELLE APARECIDA ZIMER PESUSCHI E OUTRO(S) -
PR049479
RECORRIDO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA E OUTRO(S) - RS054379

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE CÂMBIO DO TIPO EXPORTAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Embargos à execução fundada em contrato de câmbio do tipo exportação.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ARMANDO SHUZI TOKO e HERBIOESTE HERBICIDAS LTDA, com fundamento, exclusivamente, na(s) alínea(s) "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 15/04/2019.

Concluso ao gabinete em: 21/08/2019.

Ação: embargos à execução opostos pelos agravantes, em face de BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA, nos quais alegam o desvirtuamento do contrato de câmbio para contrato de mútuo.

Sentença: julgou improcedentes os embargos à execução.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL (HERBIOESTE HERBICIDAS LTDA E ARMANDO SHUZI TOKO). EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE CÂMBIO – TIPO EXPORTAÇÃO. ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO – ACC. ALEGAÇÃO DE DESVIRTUAMENTO DO CONTRATO DE CÂMBIO PARA CONTRATO DE MÚTUO. AUSÊNCIA DOS DOCUMENTOS DA EXPORTAÇÃO E DA COMPROVAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO OU PRODUÇÃO DE MERCADORIAS DESTINADAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL. ALEGAÇÃO DE DESVIO DE FINALIDADE. PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, É NECESSÁRIA A DEMONSTRAÇÃO DA SIMULAÇÃO OU DO DESVIO DE FINALIDADE DO CONTRATO. É DESNECESSÁRIA A VINCULAÇÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO AO DOCUMENTO DE EXPORTAÇÃO PARA A VALIDADE DO CONTRATO DE CÂMBIO CELEBRADO. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA PARA A PERCEPÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS QUE DIFERENCIAM A ANTECIPAÇÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO - ACC DO CONTRATO DE MÚTUO. MATÉRIA DE ALTA COMPLEXIDADE QUE NÃO COMPORTA SOMENTE A ANÁLISE SUPERFICIAL DO CONTRATO. PERÍCIA REALIZADA EM PRIMEIRO GRAU. CONFIRMAÇÃO DE DESVIRTUAMENTO DO ADIANTAMENTO DO CONTRATO DE CÂMBIO. NO CASO ESPECÍFICO CONSTATA-SE O CONLUÍO ENTRE AS PARTES PARA BENEFICIAREM-SE MUTUAMENTE. O DEVEDOR NÃO PODE ALEGAR NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO QUANDO PARTICIPA DA SIMULAÇÃO, SE DESDE O INÍCIO TINHA CIÊNCIA DA VERDADEIRA CAUSA DO PACTO REALIZADO. TAXA DE DESÁGIO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. INOCORRÊNCIA. ILEGALIDADE DA CUMULAÇÃO DA TAXA DE DESÁGIO EQUIPARADA À COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM JUROS MORATÓRIOS E MULTA. NÃO OCORRÊNCIA. O DESÁGIO SE EQUIPARA, ANALOGICAMENTE, AOS JUROS REMUNERATÓRIOS E NÃO À COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, SENDO QUE ESTES NÃO SE CONFUNDEM. A COBRANÇA DE ENCARGOS FINANCEIROS BACEN – EF IMPOSSIBILIDADE DO AFASTAMENTO. PREVISÃO LEGAL. PREVISÃO CONTRATUAL, AINDA QUE GENÉRICA. A VIABILIDADE DA EXIGÊNCIA DO EF-BACEN INDEPENDE DA COMPROVAÇÃO DE CAPTAÇÕES INTERNACIONAIS. A NÃO UTILIZAÇÃO DO LAUDO PERICIAL PELO JUÍZO NÃO ACARRETA EM NULIDADE DA SENTENÇA, VEZ QUE A QUO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA EM OUTROS ELEMENTOS CONCLUSIVOS DE

CONVICÇÃO DO MAGISTRADO. SENTENÇA MANTIDA, MAS POR FUNDAMENTOS DIVERSOS. HONORÁRIOS RECURSAIS RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Recurso especial: alegam violação dos arts. 167 e 169 do CC/02 e 85 do CPC/15. Sustentam que: i) tendo em vista que a agravante se encontra em regime de recuperação judicial, o negócio dissimulado (mútuo) não pode sobreexistir, porquanto ensejará prejuízo aos demais credores; ii) é possível que um dos contratantes, com base na existência de simulação, requeira, em face do outro, a anulação judicial do contrato simulado; iii) os honorários advocatícios devem ser fixados pelo critério da equidade, em quantia não superior a R\$ 10.000,00.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 167 e 169 do CC/02 e 85 do CPC/15, indicados como violados, não tendo os agravantes opostos embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Da existência de fundamento não impugnado

Os agravantes não impugnaram o fundamento utilizado pelo TJ/PR, constante do voto convergente e adotado pela maioria, no sentido de que não ficou comprovado o desvio de finalidade do contrato de câmbio, eis que há prova nos autos de que os valores adiantados foram destinados ao pagamento de fornecedores e produtores.

Razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Superior Tribunal de Justiça

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de comprovação do desvio de finalidade do contrato de câmbio, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 11% sobre o valor atualizado da causa (e-STJ fls. 651 e 787) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora